



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL

Aos 13 dias do mês de outubro de 2021, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão De Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### [Presencial e Videoconferência]

1. Apreciação e votação das **atas n.ºs 150 e 151**, referentes às reuniões dos dias 29 de setembro e 06 de outubro, respetivamente.
2. Apreciação e votação do **requerimento do PSD** para “audição do Presidente da CP, do Ministro das Infraestruturas e Habitação e do Ministro de Estado e das Finanças, acerca da demissão do Presidente da CP”
3. Apreciação e votação do **requerimento do BE** para “audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do contrato de concessão dos Correios de Portugal (CTT)”
4. Apreciação e votação do **requerimento do PCP** para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre “a situação na CP”
5. Votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 71/XIV/2.ª (ALRAM)** – “Pelo fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das Regiões Autónomas”
6. Apreciação e votação do **Relatório** sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”
7. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projeto de Lei n.º 782/XIV/2.ª (PSD)** – “Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e entre estas e o continente”
8. Baixou à Comissão na generalidade o **Projeto de Lei n.º 964/XIV/3.ª (PAN)** - Estabelece o reforço e avaliação da implementação e execução do Programa de Apoio



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL**

à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) e do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTRANSP)”

#### **9. Outros assuntos**

---

#### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 150 e 151, referentes às reuniões dos dias 29 de setembro e 06 de outubro, respetivamente.**

Iniciada a reunião, o Senhor Vice-Presidente submeteu a votação as atas n.ºs 150 e 151, referentes às reuniões dos dias 29 de setembro e 06 de outubro, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP PCP e do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento do PSD para “audição do Presidente da CP, do Ministro das Infraestruturas e Habitação e do Ministro de Estado e das Finanças, acerca da demissão do Presidente da CP”**

Entrando neste ponto da ordem do dia, o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) solicitou que fosse feita discussão conjunta do ponto 2 com o ponto 4, não tendo havido oposição.

#### **4. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre “a situação na CP”**

O Sr. Deputado Afonso Oliveira (PSD) apresentou, nos seus termos, o requerimento melhor identificado no ponto 2, mencionando os motivos subjacentes à apresentação do requerimento, os quais se encontram expressos no requerimento apresentado. Assinalou que, apesar de a audição na Comissão ao Ministro de Estados e das Finanças não ser prática habitual, a mesma era imperiosa atendendo às declarações proferidas pelo Ministro das Infraestruturas e Habitação.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) para apresentação do requerimento mencionado no ponto 4, este apresentou o requerimento nos seus termos. A propósito do requerimento apresentado pelo GP PSD, referiu não concordar que a audição ao Ministro de Estados e das Finanças fosse realizada na Comissão, já que os membros



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL**

do Governo deviam ser ouvidos nas comissões respetivas. Sugeriu ao GP PSD que dividisse o requerimento em duas partes, de modo a poderem ser feitas votações distintas, uma para audição ao Ministro das Infraestruturas e Habitação e outra para audição ao Ministro de Estado e das Finanças.

Requereu a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) que informou que o GP PS não se oporia à audição do Ministro das Infraestruturas e Habitação. Contudo, quanto à audição ao Ministro de Estado e das Finanças o GP PS não estava de acordo em que a audição fosse feita na Comissão, sob pena de se desrespeitar a competência de outras comissões e de se abrir um precedente indesejável, já que a Comissão competente para ouvir este membro do Governo era a Comissão de Orçamento e Finanças e não a CEIOPH. Assim, afirmou que o requerimento para ouvir este membro do Governo deveria ser apresentado na Comissão respetiva.

O Sr. Vice-Presidente chamou a atenção para o que tinha acabado de ser referido pelos Srs. Deputados Bruno Dias (PCP) e Hugo Costa (PSD), considerando que o pedido de audição apresentado poderia levar a conflitos com outras comissões.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Afonso Oliveira (PSD), o mesmo informou que as questões suscitadas tinham sido devidamente ponderadas pelo GP PSD, mas que, atendendo à gravidade da situação e ao facto de ter sido o Ministro das Infraestruturas e Habitação a colocar a tónica no Ministro de Estado e das Finanças, a decisão do GP foi a de apresentar o requerimento nos termos em que o mesmo foi apresentado. Apesar de não se o desejável, o GP PSD não se opõe a que as audições mencionadas no requerimento sejam votadas em separado pois, o mais relevante, é resolver a situação.

De seguida, o Sr. Vice-Presidente colocou a votação o requerimento do GP PSD para audição ao Presidente da CP e ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, tendo o mesmo sido aprovado com os votos a favor do GP do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP e a abstenção do GP do PS.

Colocado a votação o requerimento do GP PSD para audição ao Ministro de Estado e das Finanças, o mesmo foi rejeitado com os votos contra do GP do PS, abstenção do GP do PCP e os votos a favor do GP do PSD, do BE e do CDS-PP.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL

Por fim, colocado a votação o requerimento do GP PCP para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos GP presentes, registando-se a ausência dos GP do PAN e do PEV.

#### **3. Apreciação e votação do requerimento do BE para “audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do contrato de concessão dos Correios de Portugal (CTT)”**

A Sra. Deputada Isabel Pires (BE) apresentou, nos seus termos, o requerimento melhor identificado.

De seguida, o Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) referiu que, apesar de discordar com o preâmbulo apresentado, o GP do PSD está de acordo quanto à realização da audição requerida, concordando, de igual modo, com os fundamentos invocados.

Por fim, colocado a votação o requerimento, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos GP presentes, registando-se a ausência dos GP do PAN e do PEV.

#### **5. Votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 71/XIV/2.ª (ALRAM) – “Pelo fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das Regiões Autónomas”**

Entrando no ponto 6 da ordem do dia o Sr. Vice-Presidente informou ter sido pedido o adiamento do mesmo, por três semanas, pelo GP PS.

#### **6. Apreciação e votação do Relatório sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”**

O Sr. Vice-Presidente passou à apreciação do relatório sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”.

Dada a palavra ao Sr. **Deputado Filipe Pacheco (PS)**, Deputado relator, este referiu que o relatório foi elaborado de forma a reunir consenso, reproduzindo a factualidade do sucedido na audição.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL

O Sr. **Deputado Paulo Moniz (PSD)** usou da palavra para referir que a conclusão do relatório apenas referia parte daquilo que era essencial, não se colocando em causa a competência técnica da personalidade indigitada como economista. Referiu que o problema em causa é a circunstância da personalidade indigitada para o conselho de administração da ANACOM, composto por 5 membros, ter como Presidente e Vice-Presidente do conselho de administração pessoas que foram, durante 9 dos 12 anos da vida profissional da candidata, superiores hierárquicos da candidata a personalidade indigitada. Assim, considera-se haver uma relação de dependência / subordinação natural que decorre dessa circunstância, sendo essa uma situação normal que poderia suceder a qualquer um. Mais referiu que, a personalidade indigitada, nos próximos 5 anos, não poderá ser substituída, pelo que, num momento absolutamente crítico para Portugal e para a Europa no que toca à implementação do 5G, há aqui uma última oportunidade para que o setor funcione e o país avance. Por estas razões, referiu que o GP do PSD não poderá acompanhar o relatório em apreciação.

Dada a palavra ao Sr. **Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP)**, este referiu que no relatório em apreciação, o Sr. Deputado Relator afirma que a apreciação da independência da candidata a personalidade indigitada é subjetiva. No entanto, considera-se ser exatamente o oposto. Objetivamente, se do ponto de vista curricular e profissional a candidata nenhuma dúvida levanta, do ponto de vista da independência, objetivamente, a nomeação da candidata, a concretizar-se, levanta sérias dúvidas sobre a sua independência, considerando não ser usual nomear alguém que já esteve numa posição de subordinação hierárquica durante longos anos com 2 dos 5 membros do conselho de administração da ANACOM. Assim, o GP do CDS-PP considera ser indesejável a nomeação da candidata do ponto de vista da independência da entidade.

De seguida, foi concedida a palavra ao **Sr. Deputado Bruno Dias (PCP)** que afirmou que, para o PCP, a abordagem das propostas de indigitação e nomeação para o desempenho de funções em altos cargos da estrutura do Estado exige seriedade e rigor. A avaliação dos possíveis indigitados nestes processos deve passar, antes de mais, pelo critério da defesa do interesse público e das condições apresentadas pelas personalidades em causa para a garantia do cumprimento desse compromisso.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL

Tal critério, neste caso na indicação para uma estrutura reguladora no âmbito das comunicações, exige uma avaliação quanto ao percurso profissional e cívico da(s) pessoa(s) em causa, e que se projetam no desempenho de cargos futuros.

O PCP oportunamente identificou a existência de questões, que importaria esclarecer cabalmente, quanto ao perfil da personalidade indigitada relativamente ao seu percurso profissional, à sua área de formação, ao seu enquadramento na entidade em causa. No entanto, as considerações que pudessem ser desenvolvidas nesse âmbito, num contexto de seleção e avaliação de possíveis candidatos, não podem nem devem confundir-se com uma pretensa ilegitimidade ou ameaça ao interesse público.

Com efeito, a avaliação rigorosa e objetiva da personalidade indigitada, face às informações disponíveis, não autoriza a elaboração de suspeições de um putativo seguidismo acrítico, sobre as quais se estabeleça a presunção de falta de independência. O PCP não acompanha essa conclusão: não consideramos que seja justo nem rigoroso que se afirme, na base de suspeições, a ausência de condições da indigitada para o exercício do cargo.

Terminou afirmando serem estes os motivos pelos quais o PCP se abstém na votação do presente relatório.

Solicitada a palavra pelo Sr. **Deputado Filipe Pacheco (PS)**, este assinalou que qualquer personalidade indigitada deve dar garantias sólidas da defesa do interesse público o que, no caso, se considera ser o caso. Mais referiu que as normais relações de trabalho não podem, por si só, determinar a ausência de condições para o bom exercício do cargo. Nessa medida, o relatório apresentado espelha a competência e as garantias que a candidata dá para defesa do interesse público no exercício do cargo para o qual é candidata.

O Sr. **Paulo Moniz (PSD)** pediu a palavra para precisar que o GP PSD não faz qualquer juízo de valor sobre a candidata, simplesmente considera que a presunção de inocência no caso, não se verifica, dados os anteriores hierárquicos da candidata.

Por fim, colocado o parecer a votação, o mesmo foi aprovado com os votos a favor do GP do PS, a abstenção do PCP e os votos contra do PSD, do BE e do CDS-PP.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL

#### **7. Apreciação e votação do parecer referente ao Projeto de Lei n.º 782/XIV/2.ª (PSD) – “Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e entre estas e o continente”**

A Sra. Deputada Lara Martinho (PS) passou a apresentar, nos termos previstos para o efeito, o parecer referente ao Projeto de Lei n.º 782/XIV/2.ª (PSD).

Pedida a palavra pelo Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD), o mesmo referiu que em fase de debate em Plenário o GP PSD irá apresentar contra-argumentos referentes à opinião da Deputada Relatora sobre a iniciativa em causa.

Colocado o parecer a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PEV.

#### **8. Baixou à Comissão na generalidade o Projeto de Lei n.º 964/XIV/3.ª (PAN) - Estabelece o reforço e avaliação da implementação e execução do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) e do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTRANSP)”**

De seguida, o Sr. Vice-Presidente da Comissão informou que tinha baixado à Comissão na generalidade a iniciativa mais bem identificada no parágrafo precedente, cabendo a nomeação de relator ao GP PS. Pelo Sr. Deputado Hugo Costa (PS) foi dito que posteriormente seria dada a indicação do Deputado Relator.

#### **9. Outros assuntos**

##### **9.1. Baixou à Comissão a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (Gov) – “Aprova o Orçamento de Estado para 2022”**

O Sr. Vice-Presidente informou ter baixado à Comissão a iniciativa que melhor se acaba de identificar, informando que cabia ao GP PS a nomeação de Deputado Relator, devendo o parecer ser apresentado até ao dia 25 de outubro. Dada a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa (PS), o mesmo mencionou que a indicação seria dada posteriormente.



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL**

**9.2. Baixou à Comissão a Proposta de Lei n.º 115/XIV/3.ª (Gov) – “Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento e transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, sobre os regimes de reestruturação preventiva, o perdão de dívidas e as inibições”, em conexão com a 5.ª Comissão**

O Sr. Vice-Presidente informou ter baixado à Comissão a iniciativa que melhor se acaba de identificar, informando que cabia ao GP PSD a nomeação de Deputado Relator. Dada a palavra ao Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD), o mesmo mencionou que a indicação seria dada posteriormente.

**9.3. Informa-se acerca do pedido de audição da personalidade indigitada para vogal da ANAC, Dra. Ana Vieira da Mata**

O Sr. Vice-Presidente informou ter sido recebido pela mesa o pedido de audição da personalidade indigitada para vogal da ANAC, Dra. Ana Vieira da Mata. Referindo haver possibilidade para a realização da audição no dia 19 de outubro às 10h30, não tendo havido oposição.

**9.4. Informação do convite dirigido à 6.ª CEIOPH para integração na delegação portuguesa que participará na reunião “Inteligência artificial e a década digital”.**

O Sr. Vice-Presidente informou ter sido recebido pela mesa um convite dirigido à 6.ª CEIOPH para integração na delegação portuguesa que participará na reunião “Inteligência artificial e a década digital”, devendo esta Comissão nomear um Deputado para sua representação. Mais informou que cabia ao GP PSD a indicação do Deputado.

Por fim, o Sr. Vice-Presidente passou aos agendamentos da Comissão.

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.





**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL**

Palácio de São Bento, 14 de outubro de 2021.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(PEDRO COIMBRA)**



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 153/XIV/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)  
Hugo Carvalho (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Pedro Coimbra (PS)  
António Topa (PSD)  
Carlos Silva (PSD)  
Emídio Guerreiro (PSD)  
Isabel Lopes (PSD)  
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)  
Sofia Matos (PSD)  
Isabel Pires (BE)  
Maria Manuel Rola (BE)  
Bruno Dias (PCP)  
João Pinho De Almeida (CDS-PP)  
Nelson Silva (PAN)  
José Luís Ferreira (PEV)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Filipe Pacheco (PS)  
Lara Martinho (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
José Rui Cruz (PS)  
Ricardo Leão (PS)  
Cristóvão Norte (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Oliveira (PS)  
Nuno Fazenda (PS)  
Filipa Roseta (PSD)